

Biodiesel é prioridade no país

Sávio Branndão - Folha do Estado Online
03 de Abril 2004

Mamona, soja, babaçu, dendê, algodão ou girassol. A produção de óleos vegetais em grande escala para a fabricação de biodiesel é uma prioridade federal e pode ser tornar realidade ainda no governo do presidente Lula. O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, afirmou que o governo está determinado a introduzir o biodiesel na matriz energética nacional.

Além de diminuir a dependência brasileira de petróleo e de reduzir a emissão de dióxido de carbono (CO²) na atmosfera, o biocombustível é considerado um excelente instrumento de geração de renda, emprego, inclusão social e desenvolvimento regional.

Ciro Gomes participou na semana passada, no auditório do ministério, de um debate sobre o biodiesel e o plano de ação para 2004. O encontro reuniu representantes de vários ministérios envolvidos com a questão.

O ministro informou que os estudos estão em fase de conclusão. Os estudos mostram que são necessários dois bilhões de litros de biodiesel por ano para incorporar 2% do produto à matriz energética nacional.

“Podemos estar abrindo um caminho fundamental para a geração de emprego e renda justamente nas áreas onde a miséria e o abandono são mais graves no Brasil: o fundão do interior da Amazônia e o fundão do semi-árido nordestino”, destacou o ministro.

Segundo o ministro, o governo prepara as últimas providências para estruturar a cadeia produtiva, para garantir preço, qualidade e o suprimento do produto. “Estamos em um momento de definição absolutamente importante”, disse Ciro Gomes.

Modelo tributário

O estudo do governo inclui a definição do modelo tributário a ser aplicado na comercialização do biodiesel, a implantação de políticas públicas de financiamento, bem como o estabelecimento de normas, regulamentos e padrões de qualidade. A meta é consolidar a produção e o uso do biodiesel no país como substituto parcial (em motores veiculares) ou total (em motores estacionários) do óleo diesel.

A produção de biodiesel em grande escala também pode favorecer o Brasil no mercado internacional de certificados de carbono, oferecidos pelo Protocolo de Kioto como compensação financeira pela redução na emissão de gás carbônico. Cada hectare plantado de mamona, por exemplo, pode absorver até oito toneladas de gás carbônico.

O governo já estuda a possibilidade de autorizar o uso da mistura B5 de óleo vegetal no diesel derivado de petróleo, na proporção de 5% de biodiesel, 15% de etanol e 80% de óleo diesel.



FONTE: Instituto Hórus de Desenvolvimento e Conservação Ambiental
www.institutohorus.org.br